



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política

Área Temática: Instituições Políticas

CONDICIONANTES POLÍTICOS NO SUCESSO LEGISLATIVO DOS GOVERNADORES BRASILEIROS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA QUALITATIVA (QCA)

Thiago Rodrigues Silame
Universidade Federal de Viçosa
Centro de Estudos Legislativos - UFMG
Contato: Thiago.silame@gmail.com



30 de agosto a 02 de setembro de 2016

Resumo

O presente artigo insere-se na área dos estudos legislativos tendo como subárea o estudo do “Legislativo subnacional”, sendo o objeto de estudo as assembleias legislativas brasileiras. O foco incidirá sobre a relação entre o poder Executivo e Legislativo, visando verificar a força legislativa dos governadores. Desta forma, dialoga com a tese do “ultrapresidencialismo” estadual. Tal tese gerou desdobramentos marcantes merecendo destaque os trabalhos de Santos (2001) e Tomio e Ricci (2010, 2012a, 2012b). Tais trabalhos destacam que há diversidade nos padrões de relação entre o Executivo e o Legislativo. Parlamentos ativos e até mesmo capazes de colocar anteparos à vontade do Executivo, além de Legislativos que apresentam uma agenda própria são verificados. Uma das possibilidades de explicação da variação das taxas de sucesso executivo remete à necessidade de se compreender as dinâmicas político-partidárias em cada estado (NUNES, 2008). Isto posto, a pergunta que orienta este artigo é formulada nos seguintes termos: *Quais são as condições políticas/contextuais que possibilitam aos governadores brasileiros obterem resultados satisfatórios na condução da sua agenda legislativa?* Considerando tal questão será desenvolvido um Indicador alternativo. O Índice de Poder Legislativo do Executivo (IPLE) visa verificar o êxito da condução da agenda legislativa do Executivo. O intuito é verificar se o indicador é sensível a condições políticas/conjunturais tais como tamanho da oposição, fragmentação e polarização ideológica nas assembleias. Através da Análise Qualitativa Comparativa (QCA) foram examinados o processo legislativo em nove Assembleias. Desta forma, espera-se que o IPLE (y) seja uma função de combinações entre o tamanho da oposição (x_1); a fragmentação da assembleia (x_2) e; a polarização ideológica da assembleia (x_3). Constatou-se que tamanho da oposição é condição necessária (~oposição). O modelo ainda apresenta como condições suficientes para a ocorrência de sucesso legislativo do governador duas combinações: 1) ausência de oposição, ausência de fragmentação e ausência de polarização ideológica (~oposição*~fragmentação*~polarização) e; 2) ausência de oposição, ausência de fragmentação e parlamentos polarizados



(~oposição*~fragmentação*polarização). Pelo processo de minimização lógica temos que governadores terão sucesso legislativo quando operam em Assembleias Legislativas que não contem com um grande contingente de parlamentares da oposição e não sejam fragmentadas (~oposição*~fragmentação => Sucesso Legislativo) como uma cobertura de 60% dos casos.

Palavras-chave: Assembleias Estaduais; Sucesso Legislativo; QCA

CONDICIONANTES POLÍTICOS NO SUCESSO LEGISLATIVO DOS GOVERNADORES BRASILEIROS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA QUALITATIVA (QCA)

Thiago Rodrigues Silame (UFV-CRP)

Introdução

O presente artigo insere-se na área dos estudos legislativos tendo como objeto de estudo as assembleias legislativas brasileiras (ABRÚCIO, 1998, SANTOS, 2001; TOMIO e RICCI, 2012a, 2012b). O foco incidirá sobre a relação entre o poder Executivo e Legislativo, visando verificar a força legislativa dos governadores. O artigo analisa dados sobre a produção legislativa em nove estados brasileiros durante duas legislaturas¹. Ademais o artigo propõe um indicador alternativo para se medir o sucesso legislativo do Executivo.

Santos (2001) e Tomio e Ricci (2012b) destacam a diversidade nos padrões de relação entre o Executivo e o Legislativo. Na coletânea organizada por Santos (2001) há a observação de parlamentos ativos que podem colocar anteparos à vontade do Executivo, além da existência de Legislativos que apresentam uma agenda própria e padrões que remetem ao ultrapresidencialismo (ABRÚCIO, 1998). Tomio e Ricci (2012b) destacam o alto sucesso legislativo dos Executivos estaduais (média de 87%) e uma baixa dominância (média de 27%). Para os autores uma das possibilidades de explicação da variação das taxas de sucesso executivo remete à necessidade de se compreender as dinâmicas político-partidárias em cada estado (NUNES, 2008). Isto posto, a pergunta que orienta este artigo pode ser

¹ São considerados os estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo nas legislaturas 2007/2011 e 2011/2015.



formulada nos seguintes termos: *Quais são as condições políticas/contextuais que possibilitam aos governadores brasileiros obterem sucesso legislativo?* O trabalho assume que o *tamanho da oposição, a fragmentação e polarização ideológica nos parlamentos explicam a variação do sucesso legislativo do Executivo* no tempo e espaço, uma vez que configuram vários contextos.

O presente artigo está estruturado em quatro seções e considerações finais. A primeira seção tem como intuito apresentar o Índice de Poder Legislativo do Executivo (IPLE), indicador alternativo para mensurar o sucesso legislativo dos governadores. A segunda seção explora dados referentes à produção legislativa nos estados considerados. Na terceira seção será realizada a calibragem do resultado de interesse (Sucesso Legislativo do Executivo) e das variáveis políticas (fatores causais) consideradas. A última seção tece a análise sobre o sucesso legislativo dos governadores à partir da técnica conhecida como *Comparative Qualitative Analyses* (QCA). Por fim as considerações finais.

1 - Índice de Poder Legislativo do Executivo (IPLE)

O objetivo da seção é apresentar o construto do Índice de Poder Legislativo do Executivo (IPLE). Tal índice se propõe como medida alternativa para avaliar o sucesso legislativo do Executivo, sendo desta forma, a variável a ser explicada neste trabalho². A expectativa é que o índice seja sensível a variações nos contextos políticos observados nos estados. A construção do índice pretende lidar com duas das principais críticas aos indicadores canônicos de sucesso legislativo, a saber, o aspecto estático de um fenômeno que é processual e a possibilidade de se introduzir o próprio elemento de conflito entre os poderes.

Isto posto, a construção do índice de Poder Executivo levou em conta, portanto, duas variáveis³. A primeira é a taxa de sucesso legislativo, ou seja, o percentual de projetos de

² Apesar de se pretender com o IPLE uma medida alternativa para se medir sucesso legislativo do Executivo a iniciativa não é inédita (DINIZ, 2005; NUNES, 2013).

³ Apesar de ser um importante indicador do processo legislativo a Taxa de Dominância não foi considerada para o cálculo do índice. Nas Assembleias Legislativas é muito grande o percentual de legislação de baixa relevância aprovado. Este tipo de iniciativa quase sempre tem origem entre os



autoria do Executivo que é aprovado, tendo em vista o número total de iniciativas apresentadas por este poder. Neste trabalho, será considerado bem-sucedido o governador que aprova um número maior ou igual a 87% de seus projetos. O patamar foi estabelecido tendo como referência de governo bem-sucedido a média de aprovação de projetos do Executivo em assembleias legislativas (TOMIO e RICCI, 2012b).

A segunda variável considerada é a capacidade do governador manter os seus vetos. É através do veto que o Executivo consegue evitar que as iniciativas aprovadas no Legislativo se afastem de suas preferências e que seus projetos sejam preservados de alterações significativas introduzidas pelos parlamentares. Será considerado bem-sucedido o governador que mantiver pelo menos 70% de seus vetos (SANTOS, 2001; TOMIO e RICCI, 2012b, GRAÇA, 2014).

Para o cálculo do IPLE o primeiro passo adotado foi transformar os valores percentuais em proporção. Os valores foram somados e divididos por dois. A seguir a fórmula utilizada:

$$\frac{P_{\text{Sucesso Legislativo}} + P_{\text{manutenção veto}}}{2}$$

O índice varia de 0 a 1, sendo que o valor 1 seria a situação em que o governador de estado obtém 100% de sucesso legislativo e manutenção de veto.

2 - A Produção Legislativa nos Estados (Indicadores canônicos)

Esta seção apresenta os dados referentes à produção legislativa. A Tabela 1 mostra o número de projetos apresentados em cada assembleia e por autoria para as legislaturas 2007/2011 e 2011/2015. No total foram 25.089 propostas legislativas somando-se todas as assembleias⁴. Destaca-se o grande ativismo na proposição de leis por parte do Poder Legislativo, responsável por propor, em média, em torno de 82% das leis, o que é condizente com o baixo custo para apresentar proposições conforme já observado por Tomio e Ricci (2012a).

Tabela 1 – Número de projetos apresentados por Assembleia e por autor (2007/2011 e 2011/2015).

legisladores e seu volume pode ser maior do que legislação relevante, sua contabilização acaba por subestimar em demasia a participação do Executivo.

⁴ Não foi possível obter todos os dados para o Rio de Janeiro.



10º ENCONTRO

CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO

Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

5

UF****	Nº de Projetos Apresentados ***	Nº de Projetos Apresentados pelo Executivo	Nº de Projetos Apresentados pelo Legislativo	Nº de Projetos Apresentados por Outros
BA1	2398 (100)	201 (8,38)	2167 (90,37)	30 (1,25)
BA2	1167 (100)	291 (24,93)	860 (73,70)	16 (1,37)
CE1	1337 (100)	27 (2,00)	1306 (97,70)	4 (0,30)
CE2	950 (100)	56 (5,89)	884 (93,05)	8 (0,84)
MG1	3134 (100)	273 (8,71)	2832 (90,36)	29 (0,92)
MG2	2473 (100)	358 (14,48)	2083 (84,23)	32 (1,29)
PA*	549 (100)	134 (24,40)	402 (73,22)	13 (2,37)
RS1	1554 (100)	692 (44,53)	773 (49,74)	89 (5,73)
RS2	1296 (100)	742 (57,25)	480 (37,04)	74 (5,71)
PE*	641(100)	403 (62,87)	215 (33,54)	23 (3,59)
RJ**	Sem Informação	105	Sem Informação	Sem Informação
SC*	2437 (100)	608 (24,95)	1752 (71,89)	77 (3,16)
SP1	4518 (100)	137 (3,03)	4356 (96,41)	25 (0,55)
SP2	2635 (100)	115 (4,36)	2498 (94,80)	22 (0,83)
Total	25089 (100)	4037 (16,1)	20608 (82,14)	442 (1,76)

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados *Legislativos Assembleias Estaduais (TOMIO e RICCI); ** Santos e Graça (2009) e; Banco de Produção Legislativa Subnacional do CEL-DCP.

***O período de produção de dados para os estados do Rio de Janeiro, Pará e Pernambuco referem-se ao primeiro biênio da legislatura 2007-2008.

**** Os números 1 e 2 à frente das siglas dos estados refere-se a legislatura considerada. O número 1 indica a legislatura 2007-2011. O número 2 a legislatura 2011-2015.

A Tabela 2 mostra o total de leis aprovadas em cada uma das assembleias analisadas e o total de leis aprovadas por iniciativa. Ao todo foram aprovadas 14.386 leis somando-se todas as casas legislativas. Deste total o Legislativo aprovou 10.482 leis, em torno de 73% e o Executivo aprovou aproximadamente 25%⁵. O ativismo legislativo das Assembleias resulta em um grande número de projetos aprovados.

Tabela 2 – Número de projetos aprovados por assembleia e por autor (2007/2011 e 2011/2015)

UF****	Nº de Projetos Aprovados nas Assembleias***	Nº de Projetos do Executivo aprovados	Nº de Projetos do Legislativo aprovados	Nº de Projetos Aprovados por Outros
BA1	1642	169	1458	15
BA2	1014	189	814	11
CE1	630	27	599	4
CE2	488	56	426	6

⁵ Aproximadamente 2% dos projetos foram aprovados por outros autores tais como Ministério Público, Tribunal de Contas e Poder Judiciário.



10º ENCONTRO

CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO

Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

6

MG1	1650	206	1423	21
MG2	2175	304	1848	23
PA*	271	119	140	12
PE*	579	398	160	21
RS1	947	602	277	68
RS2	928	637	237	54
RJ**	397	86	295	16
SC*	1650	531	1047	72
SP1	1059	128	914	17
SP2	956	102	844	10
Total	14386 (100)	3554 (24,70)	10482 (72,90)	350 (2,40)

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados *Legislativos Assembleias Estaduais (TOMIO e RICCI); ** Santos e Graça (2009) e; Banco de Produção Legislativa Subnacional do CEL-DCP.

***O período de produção de dados para os estados do Rio de Janeiro, Pará e Pernambuco referem-se ao primeiro biênio da legislatura 2007-2008.

**** Os números 1 e 2 à frente das siglas dos estados refere-se a legislatura considerada. O número 1 indica a legislatura 2007-2011. O número 2 a legislatura 2011-2015.

Contudo, a observação dos dados de forma desagregada, conforme se pode ver na Tabela 3, evidencia uma realidade diversificada entre as assembleias o que pode denotar interações diversificadas entre os Poderes.

Tabela 3 – Número de projetos apresentados pelo Executivo, Número de Projetos Aprovados de origem do Executivo e Taxa de Sucesso Legislativo do Executivo nas Assembleias Legislativas (2007/2011 e 2011/2015)



10º ENCONTRO

CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO

Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

7

UF****	Nº de Projetos Apresentados pelo Executivo***	Nº de Projetos Aprovados de origem do Executivo	Taxa de Sucesso do Executivo (%)
BA1	201	169	84,08
BA2	291	189	64,95
CE1	27	27	100,00
CE2	58	56	96,55
MG1	273	206	75,46
MG2	358	304	84,92
PA*	134	119	88,80
PE*	403	398	98,76
RJ**	105	86	82,00
RS1	692	602	87,00
RS2	742	637	85,85
SC*	608	531	87,34
SP1	137	128	93,43
SP2	115	102	88,70

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados *Legislativos Assembleias Estaduais (TOMIO e RICCI); ** Santos e Graça (2009) e; Banco de Produção Legislativa Subnacional do CEL-DCP.

***O período de produção de dados para os estados do Rio de Janeiro, Pará e Pernambuco referem-se ao primeiro biênio da legislatura 2007-2008.

**** Os números 1 e 2 à frente das siglas dos estados refere-se a legislatura considerada. O número 1 indica a legislatura 2007-2011. O número 2 a legislatura 2011-2015.

Por fim, foi analisada a taxa de manutenção de vetos, ou seja, a capacidade de o Executivo fazer prevalecer as suas preferências na relação com o Legislativo em situações nas quais o conflito se explicita. A Tabela 4 apresenta o número de projetos vetados, o número de vetos mantidos, o número de vetos rejeitados e a taxa de manutenção⁶.

⁶ O Executivo em São Paulo vetou 398 leis. Entretanto, até o final de 2014, nenhum veto havia sido apreciado pela ALESP. Todos os vetos foram apreciados na legislatura seguinte, em 2015. O resultado foi altamente favorável ao Executivo: apenas 3 vetos foram derrubados, o que representa uma taxa de manutenção de 99,25%.



Tabela 4 - Número de Vetos, Número de Vetos Mantidos, Números de Vetos Rejeitados e Taxa de Manutenção de Vetos nas Assembleias Legislativas em Projetos de Lei de Autoria do Executivo/Legislativo (2007/2011 e 2011/2015)

UF****	Nº de Projetos Vetados***	Nº de Vetos Mantidos	Nº de Vetos Rejeitados	Taxa de Manutenção (%)
BA1	2	2	0	100,00
BA2	2	1	1	50,00
CE1	0	-	0	100,00
CE2	2	2	0	100,00
MG1	41	22	19	53,66
MG2	37	31	6	83,79
PA*	12	11	1	91,67
PE*	0	-	-	100,00
RJ**	23	19	4	82,60
RS1	22	15	7	68,20
RS2	41	25	16	61,00
SC*	190	152	37	80,00
SP1	232	-	0	100,00
SP2	166	-	0	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados *Legislativos Assembleias Estaduais (TOMIO e RICCI); ** Santos e Graça (2009) e; Banco de Produção Legislativa Subnacional do CEL-DCP.

***O período de produção de dados para os estados do Rio de Janeiro, Pará e Pernambuco referem-se ao primeiro biênio da legislatura 2007-2008.

**** Os números 1 e 2 à frente das siglas dos estados refere-se a legislatura considerada. O número 1 indica a legislatura 2007-2011. O número 2 a legislatura 2011-2015.

A observação dos dados permite conclusões análogas a outras já demonstradas em outros trabalhos sobre a produção legislativa nos estados brasileiros (SANTOS, 2001; NUNES, 2008; TOMIO e RICCI, 2010; 2012a; 2012b).

3 - Calibrando o Resultado de Interesse

A primeira seção mostrou como se deu a construção do IPLE. Agora, trata-se de ver como o índice se comporta para cada uma das legislaturas estudadas. A Tabela 5 apresenta a distribuição das frequências das duas variáveis que compõe o IPLE e o valor do índice em todos os estados. A última linha traz o valor do IPE considerando os parâmetros empíricos estipulados para se classificar um governo de sucesso. O limiar definido para se considerar



um Executivo estadual poderoso é o valor de IPE de 0,785 (calibração). Este valor servirá de referência (ponto de corte) na utilização da técnica de *Crisp-set/QCA*. Dos quatorze casos considerados no trabalho apenas quatro apresentaram valores inferiores ao ponto de corte estabelecido.

Tabela 5 – Sucesso Legislativo do Executivo, Taxa de Manutenção de Vetos nas Assembleias Legislativas e IPE.

UF****	Sucesso Legislativo do Executivo (%)	Taxa de Manutenção de Veto *	IPE (y)
BA2	64,95	50,00	0,575
MG1	75,46	53,66	0,646
MG2	84,92	83,79	0,843
RJ**	82,00	82,60	0,823
RS2	85,85	61,00	0,734
SC*	87,34	80,00	0,837
BA1	84,08	100	0,920
RS1	87,00	68,20	0,776
SP2	88,70	100	0,943
SP1	93,43	100	0,967
CE1	100	100	1
CE2	96,55	100	0,983
PA*	88,80	91,67	0,902
PE*	98,76	100	0,994
Parâmetro	87,00	70,00	0,785

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados *Legislativos Assembleias Estaduais (TOMIO e RICCI); ** Santos e Graça (2009) e; Banco de Produção Legislativa Subnacional do CEL-DCP.

***O período de produção de dados para os estados do Rio de Janeiro, Pará e Pernambuco referem-se ao primeiro biênio da legislatura 2007-2008.

**** Os números 1 e 2 à frente das siglas dos estados refere-se a legislatura considerada. O número 1 indica a legislatura 2007-2011. O número 2 a legislatura 2011-2015.

3.2 - A natureza política do sucesso do Executivo. Calibração das Condições Causais

Quais fatores políticos explicam a variação do IPE? As variáveis políticas a serem consideradas neste trabalho serão o percentual de parlamentares que se colocam na oposição ao governador, a fragmentação partidária e a polarização ideológica. Teoricamente é de se esperar que os custos de transação para se aprovar a agenda do Executivo aumentem quando o governador enfrente um maior contingente de parlamentares da

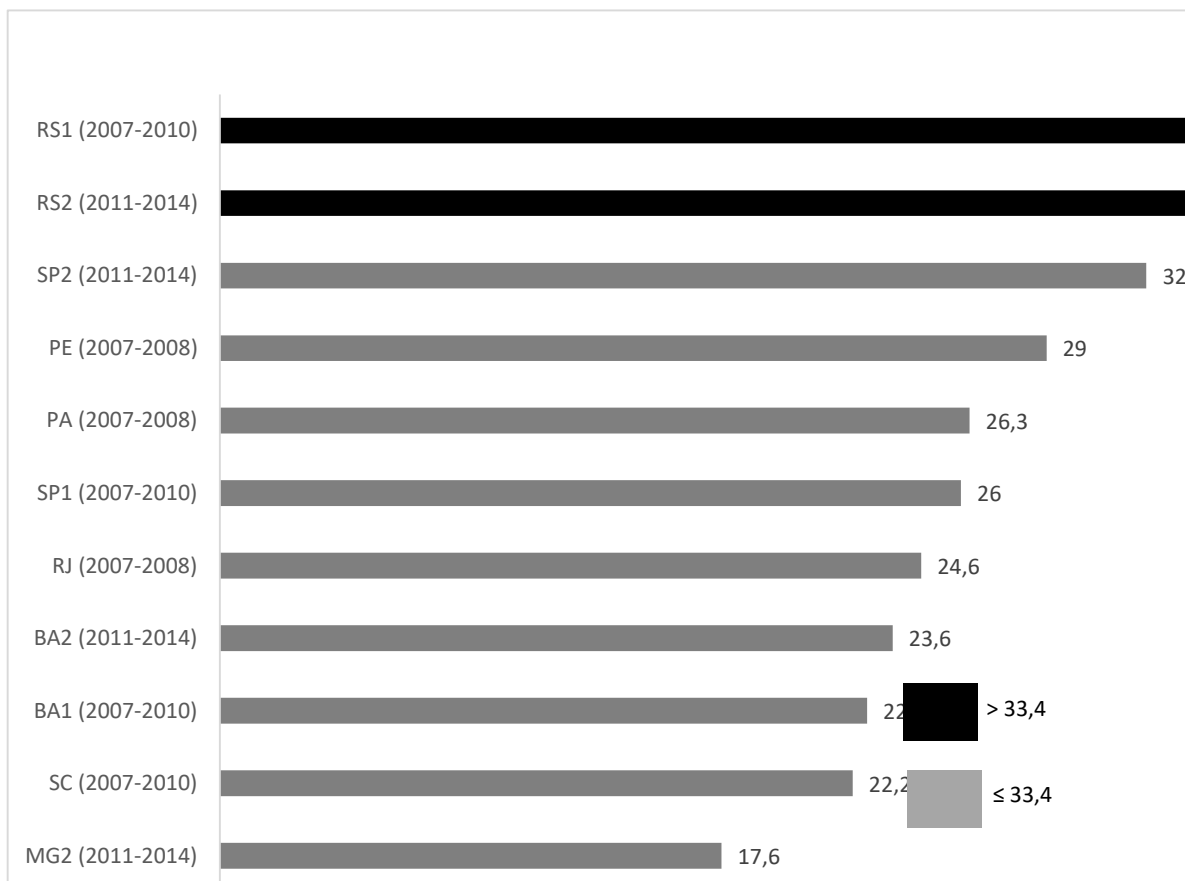


oposição e em parlamentos muito fragmentados e polarizados, logo, espera-se que: 1) *governadores que encontrem uma oposição menos numerosa terão menores dificuldades na condução de sua agenda de governo, tendo reflexos sobre IPLE.* 2) *Expectativa semelhante se tem quando os governadores operam em assembleias legislativas que contam com menor número de partidos relevantes e* 3) *assembleias legislativas menos polarizadas propiciam um ambiente favorável para os governadores obterem sucesso legislativo.*

Tamanho da Oposição

A primeira condição causal a ser calibrada será o tamanho da oposição nas Assembleias. Foi estabelecido o limiar de 33,4% como ponto de corte. Tal valor corresponde a um terço dos deputados e ao quórum necessário para que se instaure uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Assembleias que apresentam valores $\leq 33,4\%$ não possuem um contingente expressivo de parlamentares na oposição. O Gráfico 3 apresenta o percentual de deputados que se consideram oposição ao Executivo nos quatorze casos analisados. Pode-se observar que apenas dois governadores enfrentaram um cenário em que a oposição era numerosa na assembleia. Ambos os casos foram registrados no Rio Grande do Sul.

Gráfico 3 - Percentual de Deputados Estaduais que se consideram oposição (ponderado SP2)*



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da Federação” do Centro de Estudos Legislativos do DCP-UFMG.

*Os dados para São Paulo em 2012 (SP2) estavam subestimados para alguns partidos. Foi feita uma imputação a partir da distribuição da frequência real dos partidos com representação na Assembleia Legislativa de São Paulo. Constatou-se que as respostas ao questionário iam na mesma direção e assim se atribui o mesmo valor. Quando havia conflito entre o padrão de resposta e frequência metade era distribuída como oposição e metade como governo.

Fragmentação legislativa (número efetivo de partidos parlamentares)

A fragmentação das assembleias foi operacionalizada através do Número Efetivo de Partidos (NEP), sendo $(N) = 1/HH$.

Na ausência de parâmetros empíricos fornecidos pela literatura⁷, optou-se por se arbitrar um limiar empírico a partir dos próprios dados. Para tanto calculou-se a média

⁷ Mainwaring e Scully (1995) classificam os sistemas de partido a partir NEP. Pela classificação elaborada pelos autores quando o NEP é inferior a 1,7 temos um sistema de partido predominante; quando o valor se encontra entre 1,8 e 2,4 temos o sistema de “dois partidos e meio”; valores entre 2,5 e 3,9 conformam sistemas de pluralismo moderado e; sistemas que apresentem o valor do NEP igual



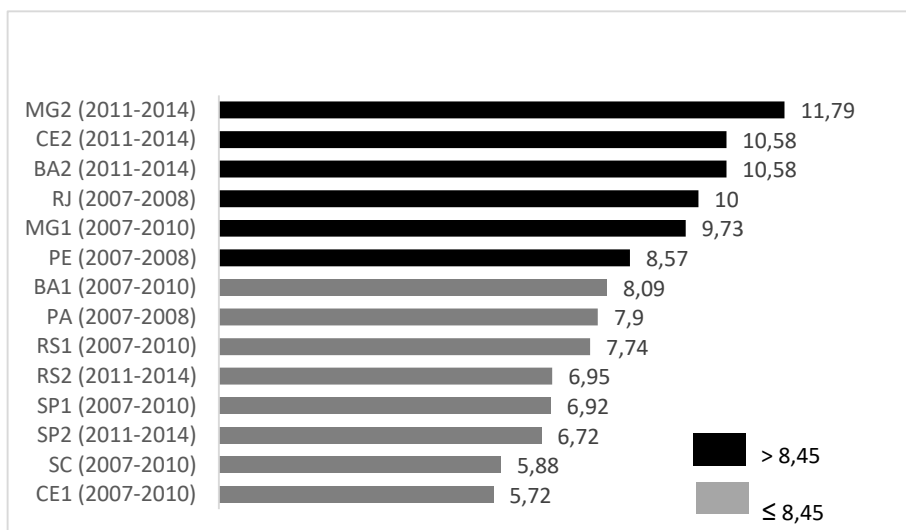
ponderada do NEP, sendo o fator de ponderação o número de cadeiras de cada uma das assembleias analisadas neste trabalho, conforme pode-se ver na fórmula abaixo:

$$\bar{x} = \frac{\sum \text{Nep}_i \cdot \text{n}^\circ \text{ de cadeiras}_i}{\sum \text{n}^\circ \text{ de cadeiras}_i}$$

Onde, "i" são n assembleias possíveis, no caso em questão são os valores dos 9 casos considerados no trabalho.

Assembleias que obtiveram o valor do NEP $\geq 8,45$ (maior ou igual) encontram-se no conjunto das assembleias fragmentadas.

Gráfico 4 – NEP para os estados considerando o limiar (2006 e 2010)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral e Banco de Dados Eleitorais (NICOLAU).

Polarização Ideológica

Além do contingente de oposição parlamentar ao Executivo e da fragmentação partidária observada nas assembleias, a distância ideológica entre os partidos com

ou maior de 4 é um sistema pluralista extremo. Tal classificação não permite que se estabeleça qualquer diferenciação entre os estados brasileiros.



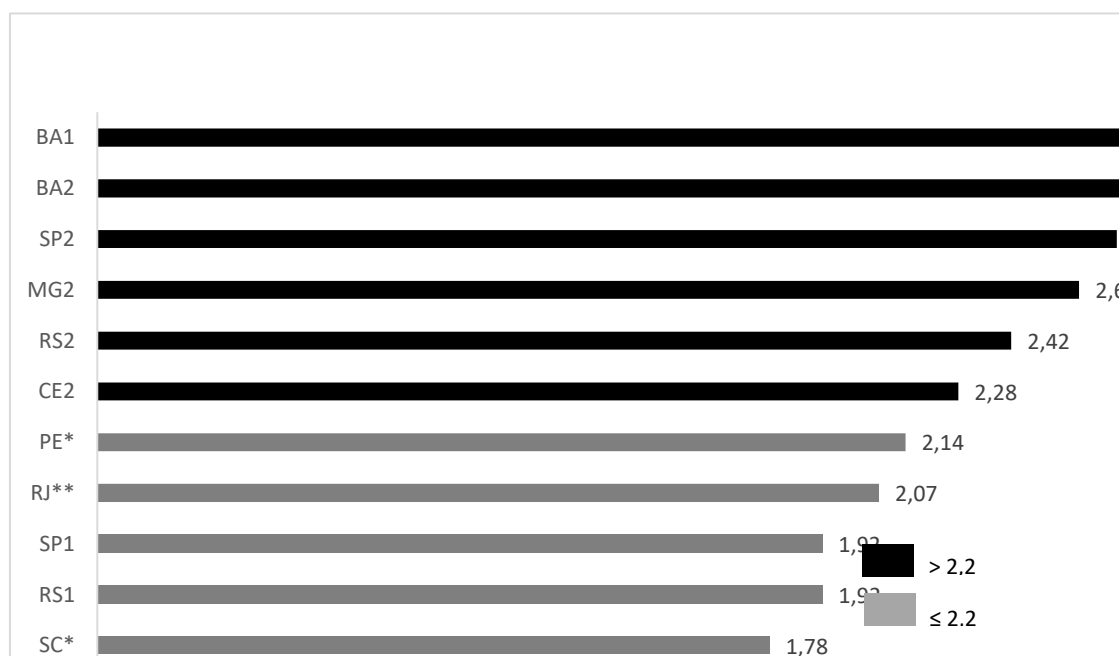
representação na assembleia pode configurar uma condição causal que afeta o resultado de interesse há uma relação inversamente proporcional entre polarização e a relação entre os poderes (MAINWARING e SCULLY 1995 *apud* SANTOS *et. al.*, 2014). Foi utilizado o índice de Polarização Ideológica Ponderada (IPP)⁸, que considera o peso parlamentar dos partidos, uma vez que a proporção de cadeiras de um partido e seu posicionamento na escala ideológica compõe o índice, conforme se pode ver abaixo:

$$IPP = \sum p_i (x_i - \sum p_i x_i)^2$$

onde p_i é a proporção de cadeiras de um partido (i) e x_i o posicionamento de um dado partido (i) em uma escala esquerda direita onde 1 significa esquerda e 10 direita.

Com base em Santos *et. al.* (2014) vamos utilizar o valor médio do IPP, calculado considerando todas as assembleias, para definir o ponto de corte. O valor médio observado foi de 2,2. Assim sendo assembleias que apresentam valores maiores que 2,2 pertencem ao conjunto de assembleias polarizadas.

Gráfico 5 – Índice de polarização ponderada



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da federação”.

⁸ Outra forma de se medir polarização é o Índice de polarização. $IP = (x_d - x_e)/9$, onde x_d é o partido com a identificação ideológica mais extrema à direita, e x_e é o partido com identificação ideológica mais extrema à esquerda. (SARTORI e SANI, 1992 *apud* MONTERO e SÁEZ, 2009).



Concluída a calibragem do resultado de interesse (IPLE) e das três condições causais a próxima seção trata de resumir a matriz analítica e empreender a análise de resultados.

4 - Análises dos Dados

Um dos aspectos relacionados à complexidade do objeto em Ciência Política refere-se à natureza multicausal dos fenômenos sociais. A *Qualitative Comparative Analyses* (QCA)⁹ se apresenta como uma alternativa analítica para lidar com o problema de desenhos de pesquisa com poucos casos e com modelos explicativos multicausais (PÉREZ-LIÑAN, 2010; SANTOS *et. al.*, 2014; SANDES FREITAS e BIZARRO NETO, 2015). A QCA é uma abordagem orientada para o estudo de casos que combina elementos da análise quantitativa e qualitativa por ser uma técnica orientada por variáveis e para casos respectivamente (BERG-SCHLOSSER *et. al.*, 2009; WAGEMANN, 2012).

A QCA visa verificar relações de causalidade, vinculando condições causais a um determinado resultado de interesse, caracterizando-se como um poderoso instrumento de inferência causal na análise cruzada de dados (WAGEMANN, 2012). Dessa forma, a técnica “permite analisar sistemáticamente todas las combinaciones posibles de condiciones causales con el fin de identificar mecanismos de causalidad coyuntural, es decir, configuraciones de factores que resultan suficientes para producir el resultado de interés”. (SANTOS, *et. al.*, 2014).

Onde Y representa o fenômeno de interesse, que conforme a equação é função da combinação de múltiplas condições causais ($X_1, X_2, X_3 \dots X_n$). Para o caso em análise, Y representa o sucesso/insucesso do legislativo medido através do IPLE. X_1 é o contingente de parlamentares da oposição, X_2 é fragmentação da assembleia e X_3 é a distância ideológica

⁹ Técnica inicialmente desenvolvida por Ragin (1987). Existem três técnicas de QCA a saber: 1) *crisp-set* QCA (csQCA) baseada em lógica binária booleana; 2) *Fuzzy-set* QCA (fsQCA) que atribui valores entre 0 e 1 e; 3) *multi-value* QCA (mvQCA) onde as condições podem assumir mais de duas categoriais (0,1, 2 e 3, por exemplo). A técnica utilizada neste artigo é a *Crisp-Set*.



verificada entre os partidos presentes na Assembleia. Desta forma, o modelo de análise é expresso da seguinte maneira:

$$Y_{\text{Sucesso Legislativo (IPLE)}} = f(X_{\text{oposição}} + X_{\text{fragmentação}} + X_{\text{polarização}})$$

Para se empreender uma análise QCA é necessário seguir um protocolo comparativo estabelecido por Charles Ragin para se verificar quais as configurações causais impactam o resultado de interesse (PÉREZ-LIÑAN, 2010:138)¹⁰. Passo a ser dado na próxima subseção.

4.1 - Matriz de Dados

A Tabela 7 apresenta a Matriz de Dados. Trata-se de uma Tabela onde se verifica a ocorrência ou não do resultado de interesse (y) e das condições causais ($x_1, x_2, x_3...x_n$), através de uma codificação binária, onde 0 (zero) significa não ocorrência e 1 (um) ocorrência. A primeira coluna apresenta os casos. Na segunda é possível observar a ocorrência ou não do resultado de interesse (y). Nas três colunas seguintes é possível observar a ocorrência ou não de x_1 (Oposição), x_2 (Fragmentação) e x_3 (Polarização), considerando a calibragem de todas as variáveis.

Tabela 7 – Matriz de Dados

UF	Resultado de Interesse (y)	Oposição (x_1)	Fragmentação (x_2)	Polarizado (x_3)
BA1	1	0	0	1
BA2	0	0	1	1
CE1	1	0	0	0
CE2	1	0	1	1
MG1	0	0	1	0
MG2	1	0	1	1
PA*	1	0	0	0
PE*	1	0	1	0

¹⁰ O protocolo envolve quatro fases analíticas, a saber: 1) Construção da Tabela Comparativa que tem como objetivo organizar a informação qualitativa e auxiliar na identificação de possíveis condições necessárias; 2) Articular a teoria tipológica através da construção da Tabela de Verdade e identificar as configurações causais suficientes; 3) exame das configurações para as quais não há exemplos históricos e; 4) redução do número de configurações suficientes através de um processo de minimização lógica, a fim de se obter os implicantes primários. (RAGIN, 2008; RIHOUX e RAGIN, 2009 *apud* PÉREZ-LIÑAN, 2010:138).



RJ**	1	0	1	0
RS1	0	1	0	0
RS2	0	1	0	1
SC*	1	0	0	0
SP1	1	0	0	0
SP2	1	0	0	1

Fonte: Elaboração Própria

A construção da Matriz de Dados é passo fundamental para na identificação de condições necessárias. A técnica QCA permite a avaliação da necessidade e da suficiência de condições causais para ocorrência de um resultado, comparando número de casos sistemáticos e ao mesmo tempo reconhecendo a complexidade dentro dos casos específicos (RIHOUX e RAGIN, 2009; WAGEMANN, 2012; DEVERS *et. al*, 2013). Desta forma, é possível identificar regularidades dentro de um subconjunto de condições e avaliar o pertencimento ou não de um caso a um resultado de interesse (conjunto) e até mesmo o grau de pertencimento do caso a um conjunto¹¹.

4.2 - Análise de Condições Necessárias

Para se verificar se uma condição é necessária para a ocorrência de um resultado de interesse aplica-se o método denominado de similitude por John Stuart Mill. Para tanto os casos escolhidos devem coincidir em seu resultado. A aplicação do método se dá em dois passos. Primeiramente só se consideram os resultados positivos, ou seja, seleciona-se aqueles cujo resultado de interesse é igual a 1. Posteriormente deve-se identificar se há alguma condição causal (x) que seja comum a todos os casos. Nas palavras de Pérez-Liñan (2010:139): “*La regla para identificar necesidad es simple: si X es condición necesaria para Y, todas las instancias de Y deben mostrar la presencia de X.*” **(grifo do autor)**. Se Y então X (Y=>X). Assim, a ausência de oposição é uma condição necessária para a ocorrência do resultado de interesse, conforme análise da Tabela. Ou seja, para todo Y foi observado a ausência de X₁, com uma cobertura de 83%. Dos doze casos nos quais a oposição é fraca (X₁=0), dez apresentaram o resultado de interesse. Além disso, a consistência para a

¹¹ A partir da teoria dos conjuntos, a técnica *Crisp/QCA* possibilita verificar pertencimento de uma variável a um conjunto, através do estabelecimento de variáveis dicotômicas de pertencimento (1) e não pertencimento (0).



configuração é igual a 1. Todos os casos que apresentam o resultado de interesse ($Y=1$) apresentam a condição de interesse.

Tabela 8 – Matriz de Dados ($y=1$)

UF	Resultado de Interesse (y)	Oposição (x_1)	Fragmentação (x_2)	Polarizado (x_3)
BA1	1	0	0	1
CE1	1	0	0	0
CE2	1	0	1	1
MG2	1	0	1	1
PA*	1	0	0	0
PE*	1	0	1	0
RJ**	1	0	1	0
SC*	1	0	0	0
SP1	1	0	0	0
SP2	1	0	0	1

Fonte: Elaboração Própria

4.2.1 - Análise de Condições Suficientes (Articulação da Teoria Tipológica)

A análise de condições suficientes permite determinar configurações causais, uma vez que, se verifica quais são as combinações e interações possíveis das diversas condições causais (x) consideradas no estudo para a ocorrência do resultado de interesse (y). (PÉREZ-LIÑAN, 2010). Para se empreender a análise de condições suficientes é necessário articular a Teoria Tipológica, através da elaboração da Tabela da Verdade e tecer uma análise sistemática de situações definidas pelas condições causais consideradas na análise.

Segundo Pérez-Liñan (2010:140) “la regla para identificar suficiencia invierte así el criterio de necesidad: *si la configuración causal X es condición suficiente para Y, todas las instancias de X deben ofrecer también la presencia de Y.* (grifo do autor). Desta forma é possível a ocorrência de y na ausência de x em função da existência de outras explicações causais plausíveis.



O número de configurações causais possíveis é dado pela fórmula k^j , onde K são os valores possíveis para cada uma das condições causais e J é o número de condições causais mobilizadas no modelo. Portanto, há oito configurações causais logicamente possíveis, uma vez que $k^j = 2^3$.

Destaca-se a nona coluna da Tabela expõe a consistência de cada uma das configurações causais. A consistência é a proporção de casos positivos em uma dada configuração causal. Consistência expressa o grau em que a evidência empírica suporta a alegação de que uma relação de conjunto existe (RIHOUX; RAGIN, 2009). A consistência é calculada por (N_y/N) . A análise deste indicador permite verificar se uma dada configuração causal é suficiente, uma vez que a literatura adota como valor de referência o valor de consistência acima de 0,8 (RAGIN, 2006).

Tabela 9 – Tabela Verdade Y= IPE

Configuração	X ₁	X ₂	X ₃	Y=0	Y=1	N	N _y	Consistência(N _y /N)	Resposta ¹²
1	0	0	0		SC; SP1, CE1, PA	4	4	1,00	[V]

¹² Quando uma configuração apresenta o resultado de interesse ela é chamada de verdadeira [V]. Configurações que não apresentam o resultado de interesse são consideradas falsas [F]. Algumas configurações podem apresentar, ao mesmo tempo, a presença e ausência do resultado de interesse. Estas configurações são contraditórias [C], apresentam valores de consistência inferiores a 0,8. É possível ainda ter configurações para as quais não há exemplos históricos. Estas configurações são chamadas de resíduos ou remanescentes [?].



2	0	0	1		BA1; SP2	2	2	1,00	[V]
3	0	1	1	BA2	MG2; CE2	3	2	0,67	[C]
4	0	1	0	MG1	RJ; PE	3	2	0,67	[C]
5	1	0	0	RS1		1	0	0	[F]
6	1	0	1	RS2		1	0	0	[F]
7	1	1	0	-	-	-	-	-	[?]
8	1	1	1	-	-	-	-	-	[?]

Fonte: Elaboração Própria.

Podemos observar na Tabela 9 duas configurações que apresentam o resultado de interesse, ou seja, são suficientes [V]. Tratam-se das configurações 1 e 2. Estas configurações são representadas pelas respectivas expressões booleanas:

$$\text{Configuração 1: } \sim X_1 * \sim X_2 * \sim X_3 \Rightarrow Y$$

&

$$\text{Configuração 2: } \sim X_1 * \sim X_2 * X_3 \Rightarrow Y$$

A configuração 1 mostra que a ausência de oposição e ausência de um parlamento fragmentado e polarizado permitem ao Executivo obter o resultado de interesse. A configuração 2 mostra que governadores serão exitosos em um contexto em que haja ausência de oposição e ausência de fragmentação mesmo diante de um parlamento polarizado ideologicamente. As configurações 5 e 6 não apresentaram o resultado de interesse, portanto são consideradas falsas [F].

Por fim, cabe mostrar os casos considerados contraditórios [C]. Estes podem ser observados nas configurações 3 e 4. Uma configuração é considerada contraditória quando a configuração permite observar a ocorrência e a não ocorrência do resultado de interesse. Os valores apresentados para o índice de consistência foi de 0,67 em ambas as configurações. No total, foram seis casos sendo que em quatro destes foi obtido o resultado de interesse. A configuração 3 apresenta a seguinte combinação de condições causais, ausência de oposição em uma assembleia fragmentada e polarizada. O resultado de interesse foi observado no mandato de Antônio Anastasia em Minas Gerais (MG2) e no segundo mandato de Cid Gomes (PSB) no Ceará (CE2) e não foi observado no segundo mandato de Jacques Wagner (PT). Para a configuração 4 também se observou dois resultados de interesse e um não resultado. Tanto Sérgio Cabral (PMDB) no Rio de Janeiro e Eduardo Campos (PSB) em Pernambuco obtiveram êxito legislativo. Já Aécio Neves (PSDB) em seu segundo mandato



obteve score do IPLE abaixo do parâmetro. O contexto informado pela configuração 4 é o de ausência de oposição, parlamento fragmentado e não polarizado.

Pode-se conjecturar que o fato de governadores estarem em primeiro mandato tenha contribuído para que os mesmos obtivessem sucesso na condução de sua agenda, uma vez que a possibilidade futura de reeleição torna o Executivo um polo de atração de apoio, devido a capacidade do mesmo distribuir cargos e *pork* no longo prazo. Estes cenários foram observados em todos os estados onde se obteve o resultado de interesse nas configurações 3 e 4, com exceção do Ceará onde governador obteve êxito também no segundo mandato. Atenção especial será dedicada à análise dos chamados remanescentes lógicos ou contrafactuais. Passo a ser dado na próxima subseção.

4.4 - Justificativa para o tratamento dos contrafactuais¹³.

Ao se observar a Tabela da Verdade, percebe-se que as configurações 7 e 8 não apresentam nenhum caso empírico. Dito de outra forma, para uma dada configuração causal, determinada pela articulação da teoria tipológica, os casos estudados não configuram nenhum exemplo. Estas configurações são chamadas de contrafactuais ou remanescentes lógicos e estão representados abaixo:

Configuração 7: $X_1 * X_2 * \sim X_3 \Rightarrow [?]$

Configuração 8: $X_1 * X_2 * X_3 \Rightarrow [?]$

A configuração causal expressa pela configuração 7 trata de um cenário em que a oposição é mais forte e o parlamento fragmentado, mas não polarizado e a configuração 8 refere-se a um contexto em que há um contingente expressivo da oposição no parlamento, que por sua vez é fragmentado e polarizado.

O fato de não haver exemplos históricos para uma dada configuração não exime o pesquisador de tentar fazer alguma inferência para a mesma, uma vez que a análise dos remanescentes lógicos “es un componente integral del análisis configurativo de condiciones suficientes” (RAGGIN e SONNETT, 2004 *apud* PÉREZ-LIÑAN, 2010: 142-143).

¹³ A análise empreendida na subseção anterior diz respeito à solução parcimoniosa. Esta “reduz a complexidade ao mínimo considerando que: (a) as variáveis são independentes; (b) a ausência de uma variável não pode contribuir para o resultado positivo; e que (c) o resultado das configurações não verificadas não importa, ou seja, pode ser positivo ou negativo” (GURGEL e VASCONCELOS, 2012: 596).



Portanto, cabe ao pesquisador tratar estes “resíduos”. Pérez-Liñan (2010:143) apresenta quatro possibilidades. A primeira possibilidade é incluir mais casos a partir da observação de fontes primárias afim de preencher a lacuna empírica. A segunda também visa preencher tal lacuna a partir da consulta a fontes secundárias para se verificar a ocorrência de casos similares ao longo da história que possam ser representativos de uma dada configuração causal. Entretanto, muitas vezes devido ao ineditismo do trabalho, tratamento de variáveis e acesso a fontes primárias e secundárias estas possibilidades não estão dadas. A terceira possibilidade de natureza teórica permite ao pesquisador imputar aos casos sem exemplo histórico valores baseados em inferências realizadas a partir dos dados disponíveis. Sendo assim, pode-se tratar todos os remanescentes como verdadeiros ou todos como falsos. Para tanto ele deve basear esta decisão na observação das configurações causais suficientes. A quarta possibilidade de natureza empírica é tratar algumas configurações remanescentes como falsas e outras como verdadeiras e explorar as conclusões a partir de tal observação. Segundo Pérez-Liñan isto permite analisar sistematicamente o que ocorre com as nossas conclusões teóricas quando se altera os supostos sobre situações históricas não observadas.

As duas primeiras possibilidades não estavam ao alcance do pesquisador, pelas limitações já mencionadas anteriormente. Desta forma, optou-se em tratar os resíduos de maneira empírica testando-os como falsos, técnica conhecida como análise da solução complexa. “A solução complexa pouco reduz as variáveis. Considera que: (a) a ausência de uma variável pode contribuir para o resultado positivo; e que: (b) todas as configurações possíveis não verificadas na amostra não geram resultados positivos” (GURGEL e VASCONCELOS, 2012: 596).

Também se testou a solução intermediária. Esta “é gerada a partir da verificação dos pares configuracionais das variáveis encontradas pela solução parcimoniosa, pressupondo multifinalidade” (GURGEL e VASCONCELOS, 2012:596), ou seja, atribuindo valores aleatórios de falso (0) ou verdadeiro (1) para o resultado de interesse dos remanescentes lógicos.

A análise dos remanescentes lógicos considerando a solução complexa e a intermediária reforçam os achados da solução parcimoniosa. Desta forma, este trabalho assume os remanescentes lógicos como falsos [F], uma vez que ao se verificar o resultado



de interesse ($y=1$) na solução parcimoniosa, as condições causais x_1 (oposição) e x_2 (fragmentação) não estavam presentes nas configurações causais.

4.5 - Minimização Lógica ou reduzindo a complexidade

A técnica permite determinar e priorizar "condições de ocorrência". Dadas as configurações causais suficientes para explicar o resultado de interesse é possível ao pesquisador proceder a um processo de redução da complexidade. Processo este conhecido como *minimização lógica e assim definir os implicantes primários* para que o resultado de interesse ocorra (BERG-SCHLOSSER *et. al.*, 2009; PÉREZ-LIÑAN, 2010).

Percebe-se que a única condição causal que difere nas configurações é a ausência de um parlamento polarizado na configuração 1 e a presença de um parlamento polarizado na configuração 2. Desta forma, procedendo ao processo de minimização lógica tem-se que o resultado de interesse ocorrerá independentemente da presença ou não de x_3 (polarização) se a ausência de x_1 (oposição) e ausência de x_2 (fragmentação) estiverem presentes:

$$\begin{aligned} \text{Configuração 1: } & \sim x_1 * \sim x_2 * \sim x_3 \\ & \& \\ \text{Configuração 2: } & \sim x_1 * \sim x_2 * x_3 \\ & \sim x_1 * \sim x_2 \end{aligned}$$

Logo, a expressão booleana revela dois implicantes primários:

$$\sim \text{oposição} * \sim \text{fragmentação} \Rightarrow \text{Sucesso Legislativo (IPLE)}$$

Concluindo, os governadores podem vir a ter sucesso legislativo quando operam em Assembleias Legislativas que não contem com contingente de oposição maior que 33,4% e que não sejam fragmentadas, segundo o parâmetro estabelecido.

4.6 - Cobertura do modelo

A capacidade explicativa do modelo de QCA é dada pelo índice de cobertura, uma vez que ela expressa o quanto a solução minimizada cobre os casos observados (RIHOUX e RAGIN, 2009). Primeiramente se calcula a cobertura de cada configuração verdadeira [V] e posteriormente se verifica a cobertura da solução minimizada. A fórmula do cálculo da cobertura é a que segue:

$$\text{Cobertura} = N_y / \sum_{Y=1}$$

onde: y é o número de casos com resultado de interesse.



A configuração 1 apresentou quatro casos que apresentam o resultado de interesse em um total de 10 casos. Assim sendo, a cobertura da configuração 1 é de 0,40. A configuração 2 apresentou dois casos em 10, sendo a cobertura da configuração causal igual a 0,20. Ao considerar os implicantes primários resultantes do processo de minimização lógica temos uma cobertura de 0,6 (60%).

Considerações Finais

A melhor palavra que define a produção legislativa nos estados brasileiros é diversidade. O exame do processo decisório mostra grande variação – no tempo e no espaço – que não se explica por aspectos constitucionais como já foi demonstrado por Tomio e Ricci (2010). Este artigo lidou com a explicação que mobiliza variáveis de natureza política para explicar tal variação. Para tanto, foi utilizada uma medida alternativa para se mensurar o Sucesso Legislativo do Executivo, o IPLE. A expectativa assumida era de que o indicador variasse em função das variáveis políticas tamanho da oposição, fragmentação e polarização ideológica das assembleias. A técnica de análise QCA foi mobilizada para verificar a sensibilidade do IPLE a variações nos contextos políticos. Através de análise das condições necessárias observou-se que os governadores de estado terão sucesso legislativo quando as assembleias não apresentam uma oposição numericamente forte, uma vez que sempre que o governador obteve sucesso a condição ausência da oposição se fez presente.

A análise de suficiência mostrou que das oito configurações causais possíveis quatro apresentaram o resultado de interesse, sendo que duas configurações se mostraram verdadeiras e outras duas contraditórias. A primeira configuração verdadeira apresenta um cenário de assembleia com ausência de oposição forte, ausência de fragmentação e ausência de polarização ideológica. A segunda configuração conforma assembleias que apresentam ausência de oposição forte, ausência de fragmentação e são polarizadas. O processo de minimização lógica revelou dois implicantes primários: ausência de oposição forte e ausência de fragmentação presentes em seis casos, obtendo-se, portanto, uma cobertura de 60%. Contudo, é necessário que pesquisas futuras incorporem outras variáveis – políticas e/ou institucionais – no intuito de melhorar o ajuste do modelo – afinal a QCA pressupõe a interação entre as condições causais.



Referências Bibliográficas:

ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da federação*. São Paulo: Hucitec/DCP-USP. 1998.

BERG-SCHLOSSER, D.; DE MEUR, G.; RIHOUX, B. e RAGIN, C. Qualitative Comparative Analysis (QCA) as an Approach. In: *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Techniques*, RIHOUX, B. e RAGIN, C. (eds) Sage, Thousand Oaks, CA. 2009.

DINIZ, Simone. Interações entre os Poderes Executivo e Legislativo no processo decisório: avaliando sucesso e fracasso presidencial. *Dados*, vol.48, nº.1, 2005. pp. 333-369.

GRAÇA, Luís Felipe Guedes da. *Determinantes do veto do governador e da sua derrubada no estado do Rio de Janeiro*. In: 9º Encontro da ABCP, 2014, Brasília – DF. **Anais**. Brasília: ABCP, 2014.

GURGEL, Maria Cristina do Amaral; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. Configurações Estratégicas de Firms Brasileiras de Alto Desempenho Listadas na BM&FBOVESPA. *RAC*, vol. 16, nº 4, 2012. pp. 586-607. Disponível em <http://www.anpad.org.br/rac>. Data de acesso 22/12/2015

MAINWARING, S.; SCULLY, T. Introduction: Party Systems in Latin America. In MAINWARING, S. e SCULLY, T. *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MONTERO, Mercedes; SÁEZ, Manuel Alcántara. Os determinantes do sucesso legislativo presidencial na América Latina: partidos e instituições. In: INÁCIO, Magna e RENNÓ, Lucio (Orgs.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.

NUNES, Felipe. Convergência partidária e base parlamentar: o comportamento dos partidos na Assembléia Legislativa de Minas Gerais entre 1995 e 2005. *Cadernos da Escola do Legislativo*, vol. 10, n. 15. 2008. pp. 83-130.

_____. Os determinantes dos resultados de soma positiva em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, Vol. 21, n. 47, pp. 89-110, 2013.

PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. El método comparativo y el análisis de configuraciones causales. *Revista Latinoamericana de Política Comparada*. Vol. No. 3, 2010. pp. 125-148.

RAGIN, Charles C. *The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press, 1987.

_____. *Redesigning social inquiry: Fuzzy sets and beyond*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

RIHOUX, B. e RAGIN, Charles. C. (Org.). *Configurational comparative methods: Qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2009.

SANDES-FREITAS, Vítor; BIZARRO NETO, Fernando. Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos e aplicações do método. *Revista Política Hoje*, vol. 24, nº 2, 2015. pp. 103-117.



SANTOS, Fabiano. *O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001

_____; GRAÇA, L. F. G. *Uma análise da produção legislativa durante os dois primeiros anos do governo Sérgio Cabral: indicadores quantitativos e qualitativos em uma perspectiva comparativa*. Relatório de Pesquisa, 2009. Disponível em: <<http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3A982105>>. Acessado em 15/07/2015.

SANTOS, Manoel Leonardo; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; MONTERO, Mercedes García. El control presidencial de la agenda legislativa en América Latina. *Revista de Ciência Política*. vol 34, n. 3, 2014. pp. 511-536.

TOMIO, Fabrício e RICCI, Paolo. Instituições e decisões: estudo comparativo do processo legislativo nas Assembléias Estaduais. In: 7º Encontro da ABCP, 2010, Recife – PE. **Anais**. Recife: ABCP, 2010.

_____ e _____. Seis décadas de processo legislativo estadual: processo decisório e relações Executivo/Legislativo nos estados (1951-2010). *Cadernos da Escola do Legislativo*. vol 13, n. 21, 2012a.

_____ e _____. O governo estadual na experiência brasileira: os desempenhos legislativos das assembléias estaduais. *Revista Sociologia e Política* vol. 21, n. 41, 2012b.

WAGEMANN, C. Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Fuzzy Sets, Applications and Perspectives for a Mixed Methods Strategy, Estudio Working Paper 142, Universidad Autónoma de Madrid Working Papers Online Series, 2012 <<http://www.uam.es/wpcpolitica>>. Acesso em 01/10/2015.